

Doc. 8-49
Livro 8-414-A. fls 63
19/8/2011

3
CA
A
Z
R

Documento Complementar da escritura lavrada neste Cartório Notarial, a cargo do Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho, no Livro de notas para escrituras diversas número Quatrocentos e catorze-A, iniciada a folhas 63.

Estatutos APRAP Associação de Pescas de Rabo de Peixe -

Capítulo Primeiro

Da denominação, natureza e objecto

Artigo 1º

A Associação adopta a denominação de "APRAP - ASSOCIAÇÃO DE PESCAS DE RABO DE PEIXE", também designada abreviadamente por APRAP.

Artigo 2º

A APRAP é uma instituição sem fins lucrativos, juridicamente considerada de direito privado, com duração ilimitada, que se regerá pelos presentes estatutos e regulamentos aprovados em Assembleia Geral e, nos casos omissos, pela lei geral.

Artigo 3º

A APRAP tem a sua sede social em Rua do Rosário, n.º 29, 9600-124, na freguesia e Vila de Rabo de Peixe, no concelho da Ribeira Grande.



Artigo 4º

A APRAP exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.-----

Artigo 5º

A APRAP terá como objecto: a defesa dos interesses dos armadores e pescadores, através da formação de activos, do apoio administrativo nas áreas de direito, contabilidade, fiscalidade e recursos humanos, bem como da promoção de novas áreas de negócio, complementares à pesca.

Artigo 6º

Compete à APRAP:-----

- a) Providenciar apoio administrativo, jurídico, contabilístico, fiscal e ao nível dos recursos humanos aos seus associados;-----
- b) Providenciar formação aos seus associados;-----
- c) Representar os interesses dos seus associados junto das Federações de Pesca, bem como das entidades governamentais;-----
- d) Promover iniciativas que visem a potenciação de novas áreas de negócio complementares à pescas, tal como o Turismo nas Pescas.-----

Capítulo Segundo

Dos associados

Artigo 7º

Podem associar-se à APRAP todas as pessoas colectivas e singulares, admitidas pela Direcção, que se inscrevam nos termos

dos estatutos e regulamento. -----

Artigo 8º

São direitos dos associados:-----

- a) Participar nas assembleias gerais e em todas as actividades da APRAP;-----
- b) Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais da APRAP;-----
- c) Utilizar os serviços da APRAP para a resolução dos problemas relativos à sua actividade profissional;-----
- d) Serem mantidos ao corrente de toda a actividade da APRAP.--

Artigo 9º

São deveres dos associados:-----

- a) Cumprir os presentes estatutos;-----
- b) Cooperar nas actividades da APRAP;-----
- c) Exercer, com zelo e diligência, os cargos para que forem eleitos;-----
- d) Pagar a jóia e as quotas que forem fixadas.-----

Artigo 10º

Perdem a qualidade de associados:-----

- a) Os que o solicitem por escrito;-----
- b) Os que infringirem o que se encontra estabelecido nos presentes estatutos;-----
- c) Os que não satisfaçam as suas quotas no prazo que lhes venha a ser comunicado.-----

Capítulo Terceiro

Dos órgãos sociais

Artigo 11º

São Órgãos Sociais da APRAP: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.-----

Artigo 12º

Os membros da mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal são eleitos de quatro em quatro anos, por sufrágio directo e secreto pelos associados que componham a assembleia geral.-----

Artigo 13º

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.-----

Artigo 14º

a) A mesa da Assembleia Geral terá um presidente, um vice-presidente e um secretário;-----

b) O presidente da mesa será substituído, na sua falta, pelo vice-presidente e este pelo secretário.-----

Artigo 15º

a) A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária duas vezes por ano a fim de aprovar o Plano e Orçamento e o Relatório e Contas;-----

b) A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária por iniciativa do presidente da mesa, a pedido da direcção ou do conselho fiscal ou por petição subscrita por, pelo menos, vinte associados no pleno gozo dos seus direitos.-----

Artigo 16º

5

A convocatória para a Assembleia Geral será feita com a antecedência mínima de oito dias, por circular enviada a todos os associados, indicando a data, hora, local e ordem de trabalhos.-----

Artigo 17º

A Assembleia Geral considera-se legalmente constituída se estiverem presentes, pelo menos, mais de metade dos associados, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de associados.-----

Artigo 18º

São atribuições da Assembleia Geral:-----

- a) Aprovar e alterar os estatutos;-----
- b) Eleger e exonerar os membros dos corpos sociais;-----
- c) Fixar anualmente o montante da jóia e da quota;-----
- d) Discutir e aprovar o Plano e Orçamento e o Relatório e Contas;-----
- e) Apreciar e votar a integração da APRAP em Federações e/ou Confederações de associações similares;-----
- f) Dissolver a APRAP;-----
- g) Pronunciar-se sobre outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.-----

Artigo 19º

A APRAP será gerida por uma Direcção constituída por três associados: um presidente, um secretário e um tesoureiro.-----

Artigo 20º

A Direcção reunirá mensalmente e sempre que o presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.-----

Artigo 21º

Compete à Direcção:-----

- a) Prosseguir os objectivos para que foi criada a APRAP;-----
- b) Executar as deliberações da Assembleia Geral;-----
- c) Administrar os bens da APRAP;-----
- d) Submeter à Assembleia Geral o Plano e Orçamento e o Relatório e Contas anuais para discussão e aprovação;-----
- e) Representar a APRAP;-----
- f) Propor à Assembleia Geral o montante das jóia e quota a fixar para o ano seguinte;-----
- g) Admitir e exonerar os associados.-----

Artigo 22º

O Conselho Fiscal é constituído por três associados: um presidente, um vice-presidente e um secretário;-----

Artigo 23º

Compete ao conselho fiscal:-----

- a) Dar parecer sobre o Relatório e Contas da Direcção;-----
- b) Verificar, periodicamente, a legalidade das despesas efectuadas e a conformidade estatutária dos actos da direcção.-

Artigo 24º

O Conselho Fiscal reunirá uma vez por ano ou por solicitação de dois dos seus membros.-----

Capítulo Quarto

4

Do regime financeiro

Artigo 25º

Constituem receitas da APRAP;-----

- a) As jóias e quotas dos associados;-----
- b) As subvenções ou doações que lhe sejam concedidas;-----
- c) Subsídios.-----

Artigo 26º

A APRAP fica obrigada pela assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo obrigatória a do presidente.-----

Artigo 27º

As disponibilidades financeiras da APRAP serão obrigatoriamente depositadas num estabelecimento bancário, em conta própria da associação.-----

Artigo 28º

Em caso de dissolução, o activo da APRAP, depois de satisfeito o passivo, reverterá integralmente a favor da entidade que a Assembleia Geral determinar.

- Ruben Farias
Sancionado António Bel
O Presidente
João Almeida de Almeida
António